

TURISMO NA ETNIA PARINTINTIN: UMA ANÁLISE COMPARATÓRIA DAS EXPECTATIVAS, COMPREENSÕES E POTENCIALIDADES DAS TERRAS INDÍGENAS IPIXUNA E NOVE DE JANEIRO, HUMAITÁ, AMAZONAS, BRASIL *

TOURISM IN ETHNICITY PARINTINTIN: AN ANALYSIS OF EXPECTATIONS COMPARATÓRIA, COMPREENSÕES AND CAPABILITIES OF INDIGENOUS IPIXUNA LAND AND NINE DE JANEIRO, HUMAITÁ, AMAZONAS, BRAZIL *

Ederson Lauri Leandro*
Marco Antônio Domingues Teixeira*

RESUMO: As Terras Indígenas Ipixuna e Nove de Janeiro localizam-se no município de Humaitá, Amazonas, na margem direita do Rio Madeira, declarada de posse permanente da etnia Parintintin em 1992. Este estudo foi inserido dentro do Diagnóstico Etnoambiental Participativo de TI (no prelo), realizado pela Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé com apoio do Consórcio Amazoniar em parceria com a comunidade indígena. Este teve como objetivo uma análise comparatória das expectativas, compreensões e potencialidades das terras indígenas, visto que o reconhecimento da comunidade receptora subsidia o planejamento, orientando assim as fases de implementação e monitoramento da atividade turística. Os dados foram coletados nos meses de julho e outubro de 2006, com a utilização de questionários de linguagem simples e direta, entrevista informal, registros fotográficos e plotagem de pontos em GPS (Global System Position). Os entrevistados tinham faixa etária entre 18 e 50 anos de ambos os sexos (F=25 e M=31), obtendo resultados que demonstram a crescente intenção das comunidades indígenas em inserir-se no mercado turístico impulsionadas principalmente pela possibilidade de se reordenarem economicamente. Observa-se também o baixo entendimento dessas comunidades no que se refere aos impactos negativos da atividade que somado ao assédio e oportunismo de empresas turísticas, têm merecido atenção importante nos últimos anos, uma vez que a falta de planejamento e ilegalidade da atividade pode comprometer significativamente o meio ambiente e a cultura dessas comunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Parintintin. Percepção comunitária. Ecoturismo indígena.

ABSTRACT: The Indigenous Lands: Ipixuna and Nove de Janeiro are located in the municipality of Humaitá, state of Amazonas, on the right bank of the Madeira River. In 1992 the Brazilian federal Government granted the permanent possession of these lands for the ethnic Parintintin. The study to be presented is a part of ethno and environmental participatory diagnosis. This diagnosis was made by the "Associação de Defesa Etno Ambiental – Kanindé" with support by Amazoniar Consortium and the participation of the indigenous community. The purpose of the diagnosis is to make a comparative analysis between expectations, understandings and economic potential of these indigenous lands. The recognition of the community subsidizes the planning and guiding the stages of implementation and monitoring for the tourist activity. The data were collected in the months of July and October 2006, using questionnaires in simple and direct language, informal interviews, photographic records and collecting geographical data on Global System Position (GPS). The interviewees were aged between 18 and 50 years of both sexes (25 women's and 31 mans)The results show a huge intention, of the indigenous community, to insert in the tourist market driven primarily by the ability to reorganize economically. We can observe the low understanding in these communities about the negative impacts of tourism activity. These impacts in addition with the harassment and opportunism of tourist enterprises have earned significant attention in recent years because without a serious planning,

* Artigo apresentado ao Curso de Turismo da Faculdade São Lucas-Ro, em novembro de 2007, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo, sob orientação do Dr. Marco Antônio Domingues Teixeira.

* Acadêmico do curso de Turismo da Faculdade São Lucas e Bolsista do Consórcio Amazoniar pela Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé. edersonlauri@hotmail.com

* Doutorado em Ciências Socioambiental pela Universidade Federal do Pará, UFPA e Professor do Curso de Turismo. marc204@bol.com.br

KEY WORDS: Tourism. Parintintin. Communitarian perception. Indigenous Ecoturismo.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do rápido crescimento do turismo vem trazendo algumas importantes reflexões para governos, mercados, pesquisadores, ambientalistas e comunidades. Sabe-se que esta atividade pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de amplas regiões e comunidades e, ao mesmo tempo, em poucos anos, pode degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança histórico-cultural dos povos (WWF, 2004).

O desenvolvimento de atividades turísticas tem sido considerado por algumas etnias, principalmente da região amazônica, como “tábua de salvação”, embora não exista consenso sobre a regulamentação, o assunto interessa a um número cada vez maior de etnias, uma vez que traz junto a si, significativas movimentações financeiras em um curto espaço de tempo.

Segundo Ramos (2002), nos últimos 10 anos, os povos indígenas têm buscado alternativas econômicas que gerem renda e que contribuam com a conservação do meio ambiente, já que a agricultura – antes de subsistência – não tem sido suficiente para suprir as necessidades adquiridas pós-contato.

Os problemas de pressão que as terras indígenas (doravante TIs) vêm sofrendo e a necessidade de uma melhoria econômica para suprir as necessidades que vieram do contato com a população envolvente, despertou nas comunidades a necessidade de conhecer os potenciais de suas terras e como utilizar esse potencial para se desenvolver socialmente e economicamente.

Embora haja a proibição oficial, existe de forma clandestina um tipo de turismo que por sua vez inclui em seu roteiro algumas comunidades indígenas ou atrativos em terras indígenas (FARIA, 2005) explorando, deteriorando e interferindo consideravelmente no ambiente e na estrutura social dessas comunidades.

Os assédios e investidas de empresas turísticas sobre áreas indígenas com potenciais turísticos significativos, têm se tornado cada vez mais freqüentes e despertado em comunidades e etnias, como os Parintintin, o desejo de conhecer suas potencialidades e desenvolver atividades turísticas em seus territórios.

Os povos indígenas em condições socioambientais desfavoráveis vêm resistindo às pressões, necessitando assim de novas tecnologias sociais e econômicas para sobreviverem. Neste contexto emerge o ecoturismo (FARIA, 2005), incumbindo à atividade turística não apenas o papel de gerador de renda, mas também de instrumento de valorização cultural, preservação ambiental e de gestão participativa.

Assim esse estudo busca uma análise comparatória das expectativas, compreensões e potencialidades das TIs *Ipixuna* e *Nove de Janeiro*, da etnia Parintintin, embasado pelo Diagnóstico Etnoambiental Participativo destas Terras indígenas, realizado pela Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé em parceria com a OIPAM - Organização dos Povos Indígenas do Amazonas.

2 O POVO

Os Parintintin (Pykahu-ga¹) integram o conjunto de pequenos grupos Tupi Kagwahiva, mas que hoje são conhecidos por nomes separados, muitos deles dados por grupos inimigos. Os relatos tratam os Parintintin, como grupo guerreiro que durante o final do século XIX e início do XX esteve em conflito com seringueiros ao longo dos 400 km do rio Madeira (ISA²).

Antes de ser contatados pelo SPI-LTN Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais³, em 1922-23, os Parintintin⁴ localizavam-se segundo o ISA, em um território que se estendia da região leste do rio Madeira até a boca do rio Machado, a leste do rio Maici.

¹ Auto denominação, referente a Avoante, espécie de pássaro (KANINDÉ, 2007).

² ISA – Instituto Socioambiental, Patintintin. Disponível em <http://www.isa.org.br> . Acesso em [25/04/2007]

³ Com o tempo, a instituição foi se burocratizando e alguns de seus funcionários se corrompendo (SANTOS, 1989) Diante dos problemas acima apontados, o Governo Federal criou em 1967 a Fundação Nacional do Índio – FUNAI em substituição ao SPI. (COLAÇO, 2006)

⁴ De acordo com Nimuendajú (1948), a primeira referência histórica aos Kagwahiva data do final do século XVIII, onde se refere ao povo Parintintin como sendo uma designação originada do Kagwahiva, sendo chamados de “vespa” ou até mesmo de índios fedidos (“fetid Indians” denominação dada pelos Mundurucu, inimigos mortais dos Parintintin)

Grande parte desse povo (exceto os desaldeados⁵) vive hoje em duas TIs contíguas; a *Terra Indígena Ipixuna* e na *Terra Indígena Nove de Janeiro* (FUNAI). Ambas situadas numa área considerada de relevância extremamente alta para a conservação da biodiversidade, com recomendações para o uso sustentável dos recursos naturais⁶.

3 TIS IPIXUNA E NOVE DE JANEIRO

De acordo com registros da FUNAI, as TIs Ipixuna e Nove de Janeiro localizam-se no município de Humaitá, estado do Amazonas, declaradas de posse permanente e imemorial dos indígenas Parintintin 1992, demarcada em 1995/96 e Homologada em 03/11/1997, com situação fundiária registrada no Cartório de Registros de Imóveis – CRI, e na Secretaria de Patrimônio da União – SPU, em 1998.

A Terra Indígena (TI) Ipixuna, localiza-se na margem direita do Rio Madeira, com superfície de 215.362,1079 ha e perímetro 273.128,23 metros, tem sua população estimada em aproximadamente 60 indígenas, localizados na aldeia Canavial.

A TI apresenta considerável grau de conservação ambiental, devido principalmente às dificuldades de acesso, já que esse só é possível por via fluvial. Com tempo estimado, saindo de Humaitá - AM em barco recreio⁷ de aproximadamente 23h⁸, em determinada época as embarcações de grande porte não chegam à aldeia.

A TI Nove de Janeiro localiza-se na margem direita do Rio Madeira, com superfície de 228.777,0999 ha, e perímetro de 285.769,50 metros, tem sua população estima em aproximadamente 170 indígenas, divididos em duas aldeias: Traíra (aproximadamente 120 indígenas) e Pupunha (aproximadamente 50 indígenas).

⁵ Indígenas que habitam fora das TIs e que vivem em sua maioria, nas áreas urbanas.

⁶ Definido no 1º Seminário Regional de Atualização das áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade no Bioma Amazônia. Brasília/DF – 24 a 27 de outubro de 2006.

⁷ Embarcação de madeira, movida à combustão, com velocidade aproximada de 20 km/h, geralmente utilizada para transporte de ribeirinho e turistas pelos rios amazônicos.

⁸ A distância percorrida de Humaitá à aldeia (barco recreio), é de aproximadamente 150km em linha reta.

A pesar do alto grau de conservação da área (KANINDÉ, 2005), a TI sofre grande pressão antrópica, devido à proximidade com a BR 319 - Transamazônica, havendo indícios de invasões (madeireiros e pescadores).

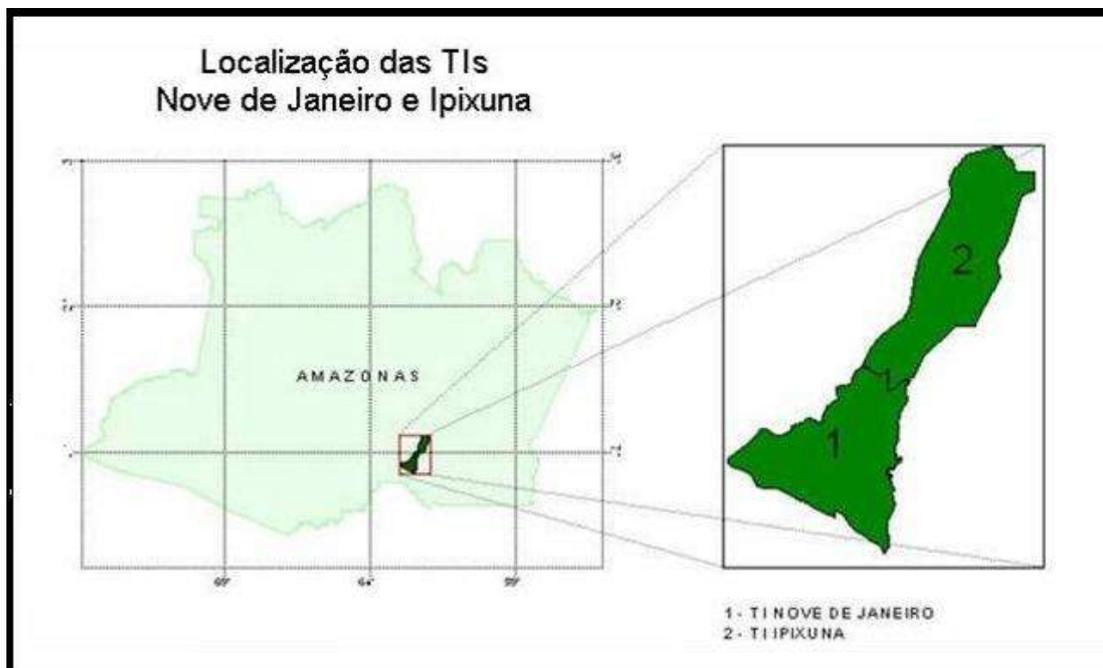


Figura 1: Localização das áreas de estudo.

As TIs têm sua economia de subsistência caracterizada por uma pequena produção de excedentes de farinha e castanha, que são repassadas a atravessadores não-índios ou vendidas diretamente no município de Humaitá (VIANA, 2005).

Apesar da distância e das dificuldades de locomoção até a cidade de Humaitá, apenas a aldeia Traíra e Canavial são providas de postos de saúde. Geralmente os primeiros atendimentos em caso de doença são realizados por agentes de saúde indígena e depois enviados a cidade para cuidados mais adequados.

A educação oferecida nas TIs é precária. Entretanto o material didático e a merenda escolar têm sido enviados corretamente pela prefeitura de Humaitá. Os professores são indígenas, sendo que apenas um é bilíngüe. O ensino é de 1ª a 4ª série e atende aproximadamente 80 crianças e 40 alunos entre jovens e adultos (em ambas TIs).

4 METODOLOGIA

Este estudo está inserido no Diagnóstico Etnoambiental Participativo de Terra Indígena (DEAPTI), metodologia utilizada pela Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé⁹, que consiste em estudos biológicos (mastofauna, ictiofauna, herpetofauna, avifauna e vegetação), do meio físico (análises de solo), sócio-econômicos e culturais (etno-história), utilizando pesquisadores indígenas e não - indígenas. Tem como objetivo o conhecimento da realidade socioambiental e dos reais potenciais dos territórios indígenas para a proposição de Planos de Gestão¹⁰ de TI e ordenamento territorial, garantindo assim a exploração e o manejo dos recursos naturais, recuperação, conservação e preservação ambiental, proteção das áreas sagradas, resgate de regiões perdidas pelo avanço de invasores e valorização cultural.

Tratando-se de uma metodologia Participativa a comunidade está presente em todas as tomadas de decisão, partido dos mesmos a proposta de trabalho, as áreas de interesse para estudo e as ações pós Resultados.

Assim, por demanda das comunidades foi inserido na metodologia do DEAPTI¹¹, o Levantamento do Potencial Turístico, realizados individualmente nas TIs Ipixuna e Nove de Janeiro.

Durante a pesquisa de campo foram aplicados questionários (perguntas abertas, fechadas e mistas) aos indígenas da TI Nove de Janeiro, nas aldeias Traíra e Pupunha e na TI Ipixuna, aldeia Canavial. Sendo estes aplicados à população com

⁹ A Kanindé é uma ONG, sem fins lucrativos que há 15 anos trabalha na defesa dos povos indígenas e do meio ambiente. Com atuação direta em TIs nos Estados de Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, e Pará. Tendo realizado o DEAPTI, seguintes TIs: Sete de Setembro; Uru-eu-wau-wau; Igarapé Lourdes; Nove de Janeiro e Ipixuna.

¹⁰ Após a sistematização dos dados obtidos nas pesquisas, os resultados são apresentados a comunidade para serem validadas. Validado o Diagnóstico, a comunidade junto com a OPIPAM, a Kanindé, a FUNAI e outras entidades que atuem diretamente ou indiretamente na terra indígena é discutido e realizado o Plano de Gestão Ambiental da TI. Cabendo aos indígenas decidem quantos anos querem planejar, sendo as ações avaliadas a cada ano.

¹¹ Todos os Diagnósticos e Planos de Gestão Ambiental das TIs estão sendo utilizados pelas associações indígenas e a FUNAI para realizarem suas atividades e projetos. Assim, como para a educação nas escolas indígenas, já que trazem um histórico cultural do povo (história), informações sobre o meio físico (geografia), ictiofauna, avifauna, herpetofauna, mastofauna (fauna), uso do solo (economia) e políticas públicas (saúde, educação, produção).

faixa etária superior a 15 anos de idade e inferior a 60 anos, somando parcela quase total de indígenas com influência nas tomadas de decisões.

Para complementação destes dados e melhor compreensão da percepção comunitária utilizamo-nos ainda de coleta de dados de levantamentos secundários, bibliográficos e documentais, entrevistas informais, levantamentos fotográficos e plotagem de pontos em GPS (Global System Position), além de tabulação e sistematização dos dados coletados.

A partir desses levantamentos individuais das TIs, buscou-se uma análise comparativa, dos entendimentos destas comunidades sobre o turismo - questões direta e indiretamente relacionadas à atividade.



Figura 2: Aplicação de questionário na TI Nove de Janeiro, aldeia Pupunha.
Foto: Acervo Kanindé/2005.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muito embora a ausência de terminologias e consenso sobre a regulamentação do ecoturismo indígena dificulte o planejamento da atividade junto a comunidades indígenas, corroboramos com os manuais de ecoturismo - (MPE,

2004; WWF, 2005) - onde apontamos como fatores primordiais para o desenvolvimento da atividade o entendimento das expectativas da comunidade.

Assim este estudo objetiva uma análise comunitária no que se refere à percepção, aceitação e expectativas do turismo nas TIs Ipixuna e Nove de Janeiro, visto que o reconhecimento da comunidade receptora subsidia o planejamento, orientando assim as fases de implementação e monitoramento da atividade turística (LEANDRO *et al.*, 2007), sendo, portanto, determinantes para o sucesso da proposta (BORGES, 2003).

Para tanto este estudo foi realizado através da aplicação de questionários na TI Ipixuna entre 07 e 13 julho de 2006 (amostral = 16) e na TI Nove de Janeiro entre 18 e 19 de outubro de 2006, (amostral = 40). (F=25 e M=31).

O amostral na TI Nove de Janeiro é quantitativamente superior ao amostral da TI Ipixuna, ocasionado pela grande variação do fator populacional¹², fato que não compromete qualitativamente os resultados referentes aos anseios e desejos dos povos. O amostral representa parcela quase que absoluta da comunidade com voz ativa nas tomadas de decisão, uma vez que todos com poder de decisão e influência, presentes na aldeia foram entrevistados.

Assim no intuito de compreender o entendimento dessas comunidades sobre suas demandas, realizamos questionamentos junto às mesmas quanto ao seu entendimento sobre turismo (Pergunta: “Você sabe o que é turismo?”), obtendo os seguintes resultados:

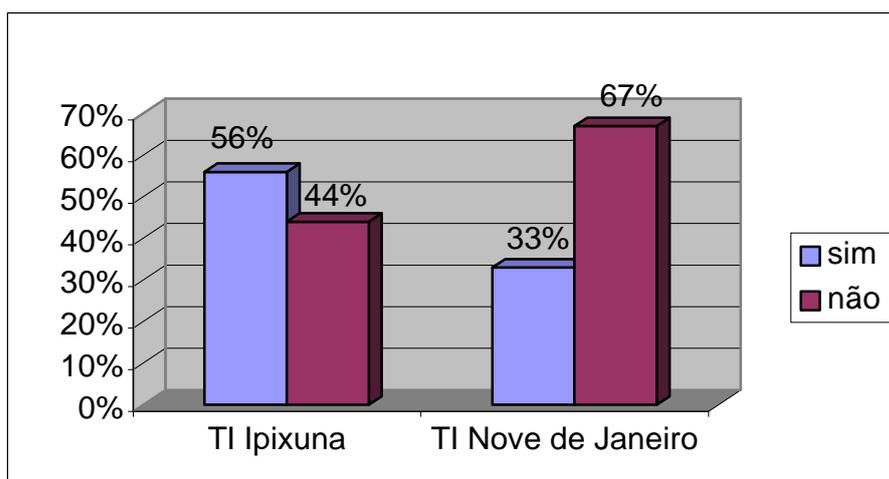


Gráfico 01: Entendimento do turismo na percepção indígena, TI Ipixuna – AM

¹² A demografia das TIs é de aproximadamente duas criança para cada adulto (KANINDÉ, 2005).

Na visão do percentual amostrado o turismo é visto da seguinte forma na TI Ipixuna: “as pessoas pesquisam, batem fotos dos peixes, filmam a aldeia, é uma atividade econômica, grupo de viajantes”; e como “Pessoas que vêm conhecer a comunidade indígena e a TI, pesquisar peixes e outros animais, tirar fotos e pescar” na TI Nove de Janeiro, demonstrando dessa forma um conhecimento totalmente superficial da atividade.

Os problemas de pressão e a necessidade de melhorias econômicas para suprir as necessidades advindas do contato com a população envolvente – sal, açúcar e gás, somados a outros tipos de tecnologias como TV, rádio, motores de popa e etc. –, despertou nessas comunidades a necessidade de conhecer seus potenciais e as formas de utilizá-lo para reordenarem-se social e economicamente, expressados claramente nos gráfico 02 e 03.

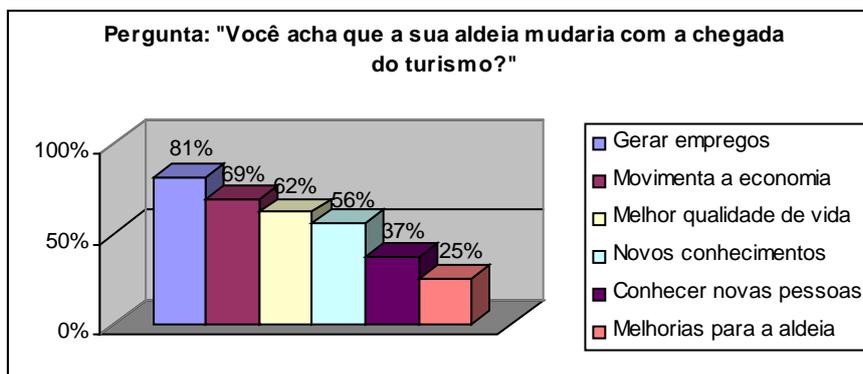


Gráfico 02: Fator motivacional para o recebimento de turistas na TI Ipixuna – AM

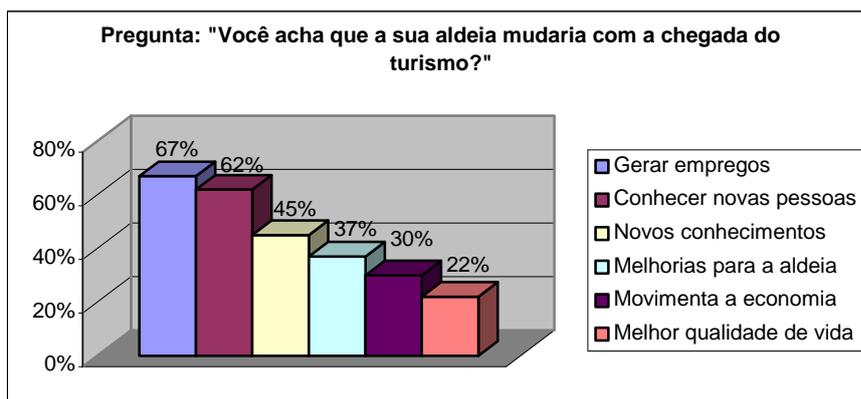


Gráfico 03: Fator motivacional para o recebimento de turistas na TI Nove de Janeiro - AM

As comunidades indígenas geralmente têm sua renda muito limitada e vêm no turismo a oportunidade de melhorar seus ganhos, fato que coloca em ambas TIs, a oportunidade de novos empregos o principal motivacional.

Há muitos esforços ou interesses para se desenvolver a atividade turística em áreas indígenas, porém os métodos utilizados nem sempre são favoráveis às comunidades indígenas, que geralmente se deixam explorar – ainda que de forma involuntária - com o intuito de se beneficiarem momentaneamente.

Vivendo com renda familiar baixa (variam entre 200 e 600 reais mensais) visando adquirir bens e suprir algumas de suas necessidades básicas, as inúmeras expectativas das comunidades relacionadas ao desenvolvimento econômico acabam por dificultar a implantação de atividade planejada, já que essas comunidades ficam a mercê de empresas que dispõem de recursos imediatos.

Ainda que a atividade seja desenvolvida de forma ilegal prejudicando o meio ambiente e a organização social da aldeia essa renda advinda do turismo é associada ao valor da coleta de produtos como castanha (*Bertholletia excelsa*) e açaí (*Euterpe oleraceae*) se torna necessária, já que essas comunidades raramente têm uma renda mensal fixa.

Este tipo de pressão induz as comunidades a realizarem a atividade sem nenhuma preparação ou preocupação a respeito dos danos ambientais e sociais que estes povos poderão sofrer.

Determinadas empresas turísticas, na tentativa de ludibriar os povos indígenas que não detém informações sobre o tema (vide gráfico 04), geralmente apresentam o turismo como uma alternativa econômica altamente viável e sem riscos para as comunidades.

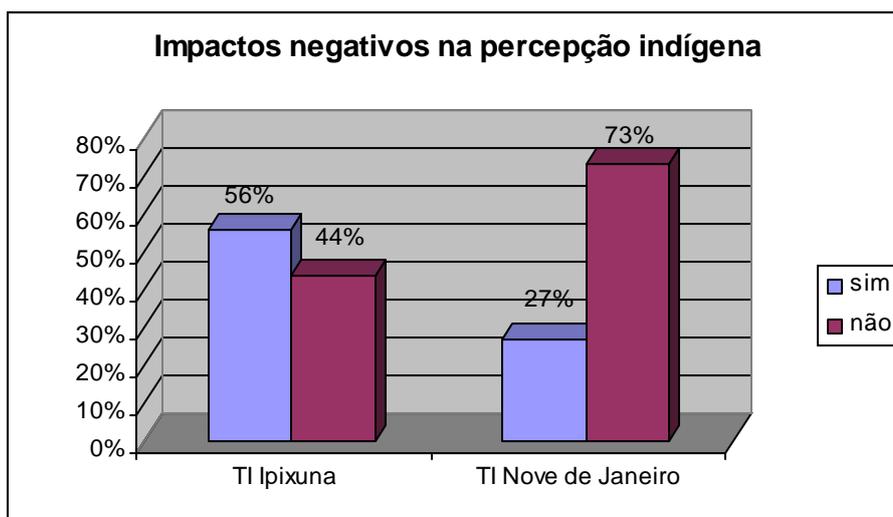


Gráfico 04: Porcentagem da comunidade que diz entender os impactos negativos causados pelo turismo, TI Ipixuna e Nove de Janeiro, Humaitá, AM.

Destaca-se nos dados apresentados, a carência de informações que direcionem essas comunidades indígenas quanto aos impactos negativos que o turismo pode gerar em seu cotidiano e no ambiente.

No entanto é possível observar nos dados, a grande variável existente no entendimento dos impactos negativos entre as TIs, decorrentes, principalmente do desenvolvimento de pesca esportiva não planejada. Possibilitando que a comunidade através de suas próprias experiências consiga um entendimento (ainda que forçado) sobre os indicadores negativos do turismo.

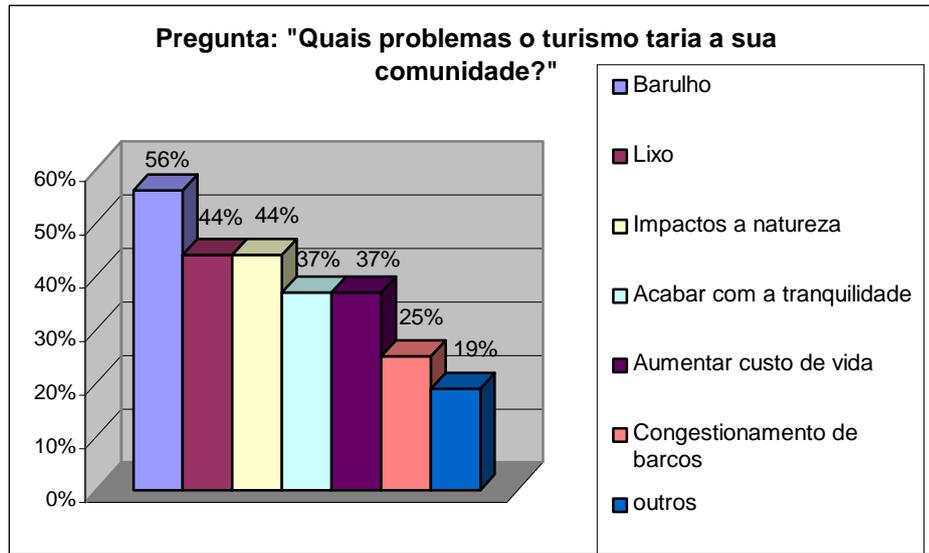


Gráfico 05: Principais impactos na percepção comunitária, TI Ipixuna - AM

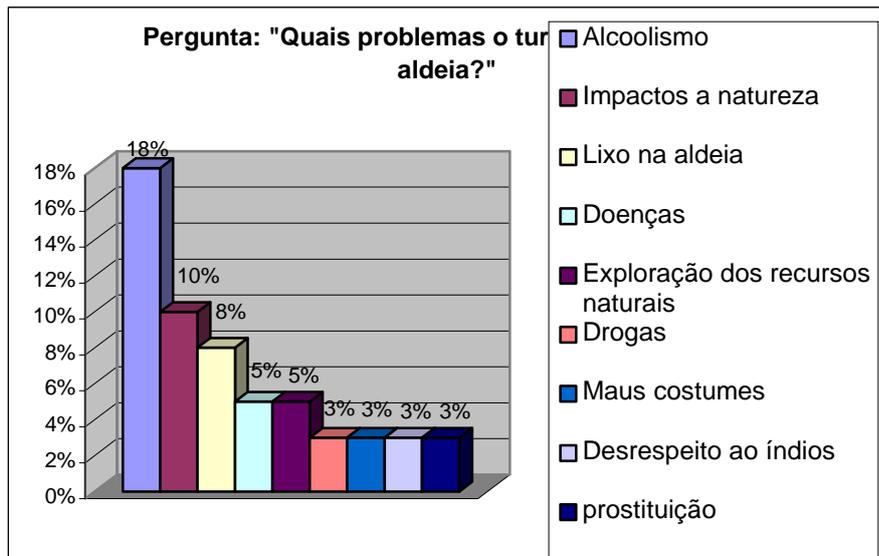


Gráfico 06: Principais impactos na percepção comunitária, TI Nove de Janeiro - AM

Apesar do entendimento pelos indígenas da TI Nove de Janeiro dos impactos negativos serem mais diversificados e próximos da realidade (alcoolismo, prostituição, desrespeito aos indígenas e etc.), o entendimento dos impactos da-se de forma pouco perceptível, sendo o maior percentual apresentado de apenas 18%.

Possivelmente estes problemas foram identificados com maior nitidez na TI Tenharin, pois a mesma agência que desenvolve atividades de turismo na TI Ipixuna, ao desenvolver atividade semelhante na TI Tenharin (vizinha a TI Ipixuna) modificou consideravelmente o meio ambiente (nota-se a presença significativa de lixo, e o peixe que antes era farto, agora mostra-se escasso, tendo esses indígenas para pegar o pescado, que percorrer distâncias cada vez maiores) e causou danos a organização social (prostituição, alcoolismo, má distribuição dos recursos, gerando conflitos entre as lideranças).

Somam-se a falta de conhecimentos destas comunidades, fiscalizações inadequadas ou insuficientes, que facilitam a entrada de não-índios nas terras indígenas que caçam e pescam descontroladamente, comprometendo assim a alimentação e a segurança das populações indígenas.

Podemos corroborar com Faria (2005), quando afirmamos a crescente investida de empresas de turismo para desenvolver atividades turísticas no interior das TIs, sem nenhuma preparação da comunidade ou preocupação com os danos ambientais¹³ que esta atividade causa no contexto social das comunidades indígenas.

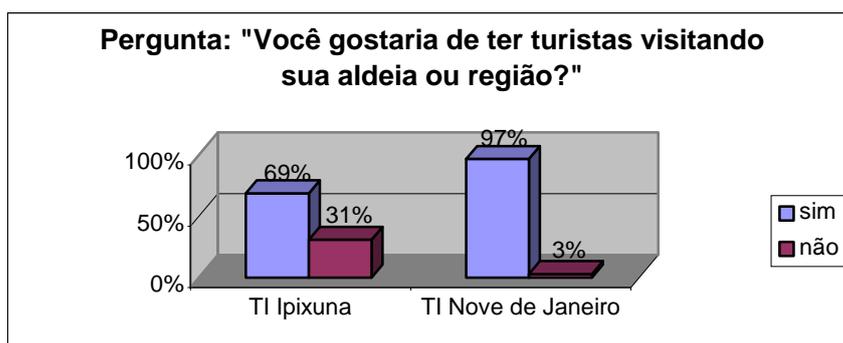


Gráfico 07: Porcentagem da aceitação do turismo nas TIs Ipixuna e Nove de Janeiro, Humaitá - AM.

¹³ Voluntariamente ou não, o Poder Público, empresas e pessoas se aproveitam de falsos esquemas de "marketing ecológico" para vender um produto que, na verdade, não é ecoturismo, processo que vem sendo chamado de *green washing* (maquiagem verde de produtos). Entre outras razões, isto ocorre por não haver um organismo e um método de certificação de produtos de ecoturismo. (WWF, 2003).

Conforme representado no gráfico 07, os estudos de campo realizados na TIs Nove de Janeiro e Ipixuna, demonstram claramente o interesse das comunidades em desenvolver atividades turísticas.

Provavelmente este interesse demonstrado pelos povos indígenas tem surgido através de conversas com indígenas de outras aldeias, não-índios e indução de representantes de empresas turísticas que se aproveitando da falta de conhecimento dos indígenas sobre o assunto colocam o turismo como uma atividade altamente rentável sem impactos ao meio ambiente ou a cultura local.

Nota-se com clareza que tanto os indígenas da TI Nove de Janeiro (Pupunha e Traíra), quanto os da TI Ipixuna (Canavial), tem anseio em desenvolver atividades turísticas em suas terras.

Porém o gráfico nos remete a outra reflexão: O porquê de uma oscilação significativa entre a aceitação de turista nas duas terras indígenas? Segundo dados obtidos em campo, TI Nove de Janeiro sofre pouca pressão por parte de empresas turísticas e ainda idealiza os possíveis benefícios do turismo. Já TI Ipixuna sente os malefícios causados por uma atividade turística desordenada.

O desenvolvimento de pesca esportiva no interior da TI Ipixuna vem acarretando uma série de complicações, dentre elas podemos citar com clareza, uma má distribuição dos recursos advindos da atividade turística, fato este que causa interferência direta na organização social da aldeia orientando as oscilações acima citadas.

As TIs em suas Oficinas de Validação¹⁴, decidiram pelo desenvolvimento da atividade turística em seus territórios (corroborando com os dados supracitados). A TI Nove de Janeiro optou, pelo desenvolvimento planejado da atividade, a ser discutido e implementado de forma participativa. Definindo previamente que a atividade após esse processo dar-se-á durante 3 meses num período anual com data a ser definida.

Apesar de não ter definido uma atividade específica do segmento deixaram claro que não realizarão atividades de pesca esportiva. Com o principal intuito de

¹⁴ Parte da Metodologia do Diagnóstico Etnoambiental Participativo de Terra Indígena, onde após sistematização dos dados coletados, os pesquisados retornam a TI para apresentação dos mesmos para a comunidade.

não sofrer interferência em seu cotidiano optou-se, ainda, pela construção de um hotel e/ou aldeia cênica em perímetro distante.

A TI Ipixuna apesar dos atritos relacionados à má distribuição dos recursos advindos da pesca esportiva ilegal, durante a oficina de Validação decidiu pelo desenvolvimento da atividade. No entanto até que sejam definidas e implantadas todas as mudanças necessárias para o desenvolvimento de ecoturismo de base comunitária a comunidade não receberá turistas.



Figura 03: Oficina de Validação da TI Ipixuna, Humaitá, Amazonas, Brasil.
Foto: Acervo Kanindé/2007.

Após várias discussões entre os indígenas com auxílio de técnicos foi definido por ambas TIs pelo desenvolvimento planejado de atividades turísticas, sendo portanto o segmento que melhor se encaixa nas expectativas da comunidade, o ecoturismo.

para um Brasil, em que a posse de terras é essencialmente privada, onde as áreas públicas para a conservação da natureza e à proteção dos direitos indígenas são muito mais planos para o futuro o ecoturismo é uma ferramenta simples barata e eficaz. (MEIRELLES FILHO, 2002)

Expressaram ainda a necessidade de oficinas que permitam as comunidades um maior entendimento da atividade, possibilitando assim que essas comunidades tenham maior discernimento nas tomadas de decisão, sendo este indispensável para a elaboração um modelo de ecoturismo indígena.

6 ECOTURISMO

Por ser relativamente novo, o conceito de ecoturismo ainda é mal compreendido e mal utilizado (WWF, 2003). Muitos agentes de turismo têm se aproveitado do termo ecoturismo, para atrair uma clientela cada vez mais consciente das causas ambientais para atividades de turismo de natureza que pode gerar impactos ambientais e culturais negativos, nas localidades onde se desenvolvem.

O termo ecoturismo surgiu pela primeira vez em 1980, e sua primeira definição largamente aceita foi elaborada pela Sociedade Internacional de Ecoturismo (The International Ecotourism Society - TIES) em 1990: Viagem responsável para áreas naturais que conservem o meio ambiente e promovam o bem-estar da população local.

Assim como a demanda por atividades de ecoturísticas, também cresceu a necessidade definições mais amplas e detalhadas. Segundo Andy Drumm e Alan Moore em Introdução ao Planejamento de Ecoturismo, estabeleceram-se entre as organizações envolvidas com o ecoturismo em torno da definição adotada em 1996 pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN – The International Union For Conservation of Nature and Natural Resources), que descreve o ecoturismo da seguinte maneira:

Viagem ambientalmente responsável e visitação a áreas naturais a fim de desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural nelas existente, tanto passada quanto presente), que promova a conservação, tenha uma visitação de baixo impacto e promova de maneira benéfica o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais.

O Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA com participação da FUNAI e de organizações não-governamentais, estabeleceu princípios a serem respeitadas no desenvolvimento de atividades de ecoturismo indígena:

- O povo indígena deve participar de todo o processo do ecoturismo e gerir de maneira participativa e comunitária as atividades em suas terras;
- A tradição cultural indígena e seus valores devem prevalecer sobre os interesses comerciais do ecoturismo;
- As atividades devem gerar recursos econômicos para melhorar a qualidade de vida da comunidade indígena;
- O uso sustentável dos recursos naturais deve ser uma prioridade; e
- O ecoturismo deve ser tratado como uma iniciativa complementar às atividades tradicionais e a outros projetos da comunidade indígena.

Através de Metodologia Participativa, tem-se buscado formas de obtenção de renda alternativa com o aproveitamento do potencial ecológico e também ecoturístico em áreas protegidas na Amazônia.

Com enfoque em Terras Indígenas, o aproveitamento potencial latente dessas áreas pode ser mais que uma atividade somatória de recurso, pode ser um desafio.

A preocupação com as formas de uso consciente dos recursos oriundos da floresta pelos indígenas, demonstra o entendimento do meio que o cerca. Entretanto, além dos processos de pressão de invasão por parte de madeireiros, monocultores, garimpeiros e etc, o aliciamento incidente sobre os indígenas para o turismo de forma ilegal, requer grande atenção sobre o futuro dessas áreas.

Portanto acreditamos (assim como os indígenas), que o ecoturismo é o segmento que melhor se encaixa nos propósitos e expectativas das comunidades, podendo contribuir de forma significativa para comunidades Indígenas, gerando renda e contribuindo para a proteção da área onde a atividade se desenvolve.

Entretanto após anos de contato, observa-se que os Parintintin perderam muitos de seus costumes tradicionais – língua materna, artesanato, mitos e crenças - não tendo demonstrado (até então) interesse de estar sendo inserido no mercado de turismo cultural.

Assim, como alternativas para o desenvolvimento de ecoturismo, pensasse através dos resultados obtidos com as pesquisas do diagnóstico, a observação de aves como principal atrativo.

7 POTENCIAL AVIFAUNÍSTICO

O Brasil é o terceiro país em número de espécies de aves, com 1.622¹⁵ espécies, das quais 191 são espécies endêmicas. Sendo, portanto um destino em potencial para o *Birdwatching*. Por ser uma das atividades de turismo relacionadas pela natureza com maior taxa de crescimento¹⁶, não se tem dúvida de que observar aves é uma atividade rentável (MPE, 2004).

Contextualizado dessa maneira, o conhecimento da avifauna – levantado pelo Diagnóstico das TIs Ipixuna e Nove de Janeiro - somado ao entendimento e expectativas dos indígenas sobre a atividade, vem permitir o planejamento e estabelecimento de processos chave na utilização da floresta, bem como a condução de estratégias adequadas para a conservação da biodiversidade e a elaboração de práticas ecoturísticas mais eficientes para o manejo sustentável.

Com os estudos preliminares das espécies de aves¹⁷ para fins de conhecimento científico nas TIs, bem como para subsidiar um futuro plano de Avistamento de Aves nos territórios indígenas foram obtidos o seguintes resultados:

7.1 Potencial Avifaunístico Da TI Nove De Janeiro

Listagem de 348 espécies de aves, distribuídas em 65 famílias. Deste amostral 83 (23,85%) são endêmicas da Amazônia, das quais 06 estão restritas ao interflúvio Madeira-Tapajós. Sendo consideradas espécies incomuns (16%) e raras (1,1%) (SANTOS, 2005^a; SILVA, 2006; SILVA *et al.*, 2007^a), isto é, apresentam densidades populacionais, entre 1 e 4 pares por km², o que torna seu registro mais difícil quando comparado às espécies mais comuns que chegam a estar presentes em 15 ou mais indivíduos por km² (STOTZ *et al.*, 1996).

7.2 Potencial Avifaunístico da TI Ipixuna

¹⁵ Segundo o CBRO - Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos, a *Listas das aves do Brasil*, (2007) apresenta 1801 espécies catalogadas.

¹⁶ Estima-se em mais de 80.000.000 o número de praticantes, representando o maior grupo de observação da vida silvestre do planeta (SIGRIST, 2006).

¹⁷ Levantados pelo DEAPTI.

Listagem de 315 espécies de aves. Deste amostral 75 (23,8%) são endêmicas da Amazônia, sendo 06 exclusivas da Amazônia. Dentre as espécies registradas, do total são consideradas espécies incomuns (16,5%) e raras (1,26%) isto é, apresentam densidades populacionais, entre 1 e 4 pares por km², (SANTOS, 2005b; SILVA, 2006; SILVA *et al.*, 2007b).

Esse potencial identificado em pequenas áreas de estudo das TIs, pode beneficiar economicamente as comunidades, podendo ainda ser uma importante ferramenta de proteção e conservação dos recursos naturais, uma vez que comparada a outras atividades de uso público é considerada a de menor impacto (SILVA *et al.*, 2007b).

Tendo em vista as expectativas das comunidades e o potencial supracitado, acredita-se que em próximas oficinas participativas, as comunidades optarão pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à avistagem de aves.

Dessa forma, a finalidade do avistamento de aves (*Birdwatching*) é conseguir que as matas forneçam benefícios econômicos, ecológicos e sociais, mediante um planejamento adequado para o aproveitamento dos recursos naturais, respeitando a capacidade de suporte do meio, assim como, a cultura indígena (VALE JUNIOR *et al.*, 2007).

CONCLUSÃO

Como conseqüência da análise do material teórico e dos levantamentos de dados realizados neste trabalho, pôde-se chegar a importantes conclusões e contribuições quanto à viabilidade e riscos do desenvolvimento de atividades turísticas.

O turismo tem chegado cada vez mais rápido às comunidades indígenas como fonte de sustentabilidade/renda/recurso, no entanto o desenvolvimento de turismo ilegal somado a falta de planejamento acarretam a essas comunidades profundas mudanças organizacionais e ambientais.

Apesar de ser uma das formas de desenvolvimento econômico que se mostra de menores impactos ao meio ambiente e do anseio destas comunidades em desenvolverem atividade, é perceptível que entre os maiores agentes complicantes

para o desenvolvimento estão relacionados diretamente a falta do conhecimento sobre o tema abordado.

Portanto são fundamentais para a elaboração de atividades de ecoturismo de base comunitárias participativas as análises dos entendimentos e expectativas da comunidade receptora.

Ressalta-se que as atividades ecoturísticas, por apresentarem ações de conservação, emergem a questão de valorização da terra pela comunidade local e dessa forma, contribuindo para que estas mesmas atividades quando executadas de forma planejada respeitem a fauna e flora, assim como os costumes da própria comunidade.

A observação de aves (*Birdwatching*), entre outras potencialidades ecoturísticas não mencionadas neste trabalho, surge como uma alternativa econômica a estas comunidades indígenas das TIs Ipixuna e Nove de Janeiro.

Assim para aumentar a autonomia destas comunidades no processo decisório é notória e fundamental a realização de oficinas de capacitação, onde nesta fase que poderão ser apresentadas e discutidas as melhores alternativas para a gestão destas atividades ecoturísticas.

REFERÊNCIAS

BORGES, M. M. Levantamento do potencial ecoturístico (Inventário) in: Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. [Organização: Sylvia Mitraud] - [Brasília]: WWF Brasil, c2003. p.: 89 – 111.

COLAÇO, T. L. A trajetória do reconhecimento dos povos indígenas do Brasil na esfera nacional e internacional. In: XV Congresso Nacional do CONPEDI, 2006, Manaus. Anais do XV Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

Desenvolvimento do Ecoturismo – Um Manual para Planejadores e Gestores de Conservação, Volume 1 Copyright © 2003 by The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA.

FARIA, I. F. - *Ecoturismo indígena e valorização do patrimônio na região do Alto Rio Negro* - Universidade Federal do Amazonas/UFAM – 2005.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (2): 112 - 133, jul./dez.,2008.

LEANDRO, E.L.; PAES, A.P. Percepção do Turismo na Etnia Parintintin, Terra Indígena Ipixuna, Humaitá, Amazonas, Brasil. In: I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia - RJ. Anais do I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007.

LEANDRO, E.L.; PAES, A.P.; SANTOS JUNIOR, P.A. Percepção do Turismo na Etnia Parintintin, Terra Indígena Nove de Janeiro, Humaitá, Amazonas, Brasil. In: I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia - RJ. Anais do I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007.

Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. [Organização: Sylvia Mitraud] - [Brasília]: WWF Brasil, c2003. 470p.: il.

Manual de Melhores Práticas para o Ecoturismo /Organizador: Roberto M. F. Mourão. - Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004.

Manual indígena de ecoturismo - Projeto – GTC Amazônia, Grupo de Coordenação de Ecoturismo para a Amazônia Legal – Brasília, MMA, 1997.

MEIRELLES FILHO, J. Ecoturismo: o novo mecanismo de desenvolvimento sustentável, *in* Redescobrimo a ecologia no turismo / org. Margarita Barretto, Elizabete Tamanini – Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p.: 27 a 30.

NIMUENDAJÚ, Curt: *The Cawahíb, Parintintin and Their Neighbors*. Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. From Bulletin 143, Handbook of South American Indians - Vol. 3, pp. 283-297. 1948

RAMOS, C.A. - A importância das florestas em pé na Amazônia, Claudia Azevedo Ramos impressão: MGM – IPAM Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – 2002.

SANTOS, M.P.D., Levantamento preliminar da avifauna da Terra Indígena Nove de Janeiro, Humaitá – AM. *In* I. Bandeira (coord.). Diagnóstico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Nove de Janeiro. Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. 2005a.

SANTOS, M.P.D., Levantamento preliminar da avifauna da Terra Indígena Ipixuna, Humaitá – AM. *In* I. Bandeira (coord.). Diagnóstico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Ipixuna. Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé. 2005b.

SANTOS, S. C. Povos indígenas e a Constituinte. Florianópolis: UFSC, 1989.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (2): 112 - 133, jul./dez.,2008.

SILVA, G.C. Comunidades de Aves da Terra Indígena Nove de Janeiro e Terra Indígena Ipixuna, Município de Humaitá, Amazonas – Brasil. / Glauco Correa da Silva. Porto Velho/RO: s.n., 2006. – 78 p. Monografia.

SILVA, G.C.; LEANDRO, E.L.; VALE JUNIOR, I.C. Potencial Avifaunístico Como Ferramenta de Sustentabilidade para Terra Indígena Nove de Janeiro, Amazonas, Brasil: Subsídio Para Birdwatching. In: I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia - RJ. Anais do I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007.

SILVA, G.C.; VALE JUNIOR, I.C.; LEANDRO, E.L. Potencial Avifaunístico Como Ferramenta de Sustentabilidade para Terra Indígena Ipixuna, Amazonas, Brasil: Subsídio Para Birdwatching. In: I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia - RJ. Anais do I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007.

SIGRIST, T. Aves do Brasil, Uma Visão Artística. Campinas: Avis Brasilis, 2006.

STOTZ, D.F.; Fitzpatrick, J.W.; Parker Iii, T.A.; Moskovits, D.K. 1996. Neotropical birds: ecology and conservation. Chicago, University of Chicago Press. 478p.

STOTZ, D.F.; Lanyon, S.M.; Schulenberg, T.S.; Willard, D.E.; Peterson, A.T. & Fitzpatrick, J.W. 1997. An avifaunal survey of two tropical forest localities on the middle Rio Jiparaná, Rondônia, Brazil. Ornithological Monographs 48:763-781

Turismo responsável – Manual para Políticas Públicas. ORG. Sérgio Salazar Salvati – Brasília, DF, WWF Brasil, 2004. 220p.

VIANA, U. Relatório Parcial da Equipe de Socioeconômica das TI Nove de Janeiro e Ipixuna, In I. Bandeira (coord.). Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, 2005.

VALE JUNIOR, I.C.; LEANDRO, E.L.; SILVA, G.C. Potencial Avifaunístico Como Ferramenta de Sustentabilidade para Terra Indígena Igarapé Lourdes, Rondônia, Brasil: Subsídio Para Birdwatching. In: I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia - RJ. Anais do I Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007.

FONTES ELETRÔNICAS

CBRO - Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (2007) *Listas das aves do Brasil. Versão 16/8/2007*. Disponível em <<http://www.cbro.org.br>>. Acesso em: 27 nov. 2007.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (2): 112 - 133, jul./dez.,2008.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio, Mapas fundiários. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>> Acesso em: 30 jan. 2007.

ISA – Instituto Socioambiental, Parintintin. Disponível em: <<http://www.isa.org.br>> . Acesso em: 25 abr. 2007.

The International Ecotourism Society (TIES). Disponível em: <<http://www.ecotourism.org>> Acesso em: 23 out. 2007.